

AMMP NOTÍCIAS



Aposentados e pensionistas confraternizam em Arraial do Conto

“Fortalecendo os laços de amizade”

O editorial é a última peça produzida para o nosso jornal. Ele só é escrito no fim do mês por uma esclarecida razão. É preciso sempre esperar o último fato ou acontecimento de interesse da classe para inseri-lo em nossos comentários. De uns tempos para cá, são notórios os injustos ataques sofridos pela Instituição em razão de seus mais recentes acertos e trabalhos. O belo e singular Ministério Público encontra-se na linha de tiro de predadores de plantão que fazem de tudo para atingir-lhe a imagem. No momento, a “bola da vez” é o auxílio-moradia, não obstante inúmeras carreiras o receberem e nos encontrarmos com uma defasagem salarial de mais de 45% desde a implementação do regime de subsídios. O julgamento se encontrava designado para o dia 22 de março, quando os olhos se voltariam ao STF, sem sabermos se as singularidades contidas nos autos seriam abordadas, tais como: previsão da verba expressamente em nossa lei, recebimento por praticamente todas as demais carreiras, as quais inclusive tiveram os vencimentos corrigidos em 2017 e outras peculiaridades. Tais questionamentos mesclavam-se aos fios de esperança na necessária defesa do Ministério Público e Judiciário, tão injustamente atacados.

Todavia, os autos foram retirados de pauta e enviados à Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União para conciliação. A medida permitirá que se busque alcançar uma solução consensual e consentânea com a garantia da recomposição do subsídio de todos nossos associados. De nossa parte, envidaremos todos os esforços no processo de negociação, a fim de demonstrar o desequilíbrio salarial frente às outras carreiras e a necessidade de seu restabelecimento, inclusive com a importante retomada da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Neste mês de março, tão turbulento, por que não atrelar as mãos, fortalecendo os laços de amizade que nos une? Esta deve ter sido a indagação que levou muitos aposentados e pensionistas a abraçar o nosso primeiro passeio a Cordisburgo, no hotel Arraial do Conto.

Nas páginas 12 e 13, fotos realçam o contentamento do momento vivido e a alegria do doce reencontro. Aliás, o primeiro de alguns passeios e viagens em conjunto que pretendemos organizar, pois não há como não se animar para os próximos, tamanho o entusiasmo dos presentes, demonstrando que é, sim, possível retomar os antigos tempos em que permanecíamos mais juntos. Prepararem-se, portanto, para o encontro do segundo semestre, provavelmente em setembro, em local ainda não definido, mas certamente aprazível.

Também devemos registrar a exaltar a chegada de novos promotores e promotoras de Justiça, os quais tomaram posse no último dia 9 de março, a fim de nos ombrear na defesa da sociedade. Sejam muito bem vindos.

Diretoria

JUSTVIDA. O SEGURO COMPLETO QUE PROTEGE VOCÊ E A SUA FAMÍLIA.



Protege a sua família.
Coberturas de morte, invalidez permanente por acidente, decessos. Permite inclusão de cônjuge na apólice.



Para quem tem entre 66 e 80 anos.
Coberturas de morte e invalidez permanente por acidente.



O seguro que toda mulher deveria fazer.
Indeniza a segurada em caso de diagnóstico de câncer de útero, ovários e mamas. Inclui coberturas de JustVida Essencial.



Doença não tem hora para aparecer.
Indeniza o segurado ou segurada em caso de diagnóstico de doença grave. Inclui coberturas de JustVida Essencial.

FAÇA JÁ O SEU JUSTVIDA. LIGUE 3003 9175

www.sienaseguros.com.br/ammpseg



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:

Enéias Xavier Gomes

Rua Timbiras, 2.928

Barro Preto

30140-062

Belo Horizonte/MG

ammp@ammp.org.br

www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

1º vice-presidente:

José Silvério Perdigão

2º vice-presidente:

Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:

Luiz Felipe de Miranda Cheib

4º vice-presidente:

Hugo Barros de Moura Lima

1º diretor administrativo:

Fabício Marques Ferragini

2º diretor administrativo:

Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:

Eduardo Francisco Lovato Bianco

2º diretor financeiro:

Francisco Chaves Generoso

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável

Guilherme Reis
(MG 174.031)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Bárbara Peixoto

Tiragem

1.000 exemplares

Auxílio-moradia será analisado pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, acatou, no dia 21 de março, o pedido da Associação dos Magistrados (AMB) para remeter as ações que tratam do auxílio-moradia à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, órgão vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU). Com a decisão, o ministro determinou a retirada da pauta da sessão do dia 22 de março do STF, das AO 1946, 1773, 1776, 1975, da Ação Cível Originária (ACO) 2511 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5645.

De acordo com informação divulgada no portal de notícias do STF, a AMB requereu a submissão da AO 1946 à Câmara de Conciliação e Arbitragem, afirmando que, como a ação foi ajuizada em 2014, algumas das partes foram citadas quando já vigente o Código de Processo Civil de 2015, o que faz conveniente “a observância das regras

desse novo diploma legal, em especial a audiência de conciliação ou de mediação prevista no seu artigo 334”.

Segundo a AMB, o pedido se ampara, também, na lei que versa sobre a mediação (Lei 13.140/2015), que alcança os conflitos existentes no âmbito da administração pública. Por sua vez, a AGU, ouvida pelo ministro Fux, informou não se opor à discussão para atingir ponto pacífico na questão.

A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) foi criada em 2007, por meio do Ato Regimental AGU nº 5, de 27 de setembro. O órgão tem como função prevenir e reduzir o número de litígios judiciais que envolvem a União, suas autarquias, fundações, administração pública estadual, administração pública municipal, sociedades de economia mista e empresas públicas federais.

Frentas se mobiliza para tratar de auxílio-moradia e recomposição salarial

Os integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) se reuniram, no dia 21 de março, para definir estratégias a respeito dos processos que tratam do auxílio-moradia.

A CONAMP, que defende a constitucionalidade e legiti-

lidade do auxílio-moradia, é parte interessada nas ações originárias no Supremo (AO 1773, AO 1946, e ACO 2511) e na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5645, junto com a Associação Nacional dos Procuradores da República e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.



**Classificados AMMP:
anuncie conosco!**

**Espaço reservado para
anúncios dos associados.**

MPMG nomeia novos promotores

MPMG



O Ministério Público de Minas Gerais empossou, no dia 9 de março, 29 novos promotores de Justiça substitutos, aprovados no 55º Concurso para ingresso na carreira do MP. Além de participarem da solenidade, os promotores foram agraciados em coquetel na sede da AMMP.

A cerimônia de posse aconteceu no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG) e os novos promotores foram recebidos pela procuradora de Justiça Maria da Conceição de Moura, que representou a Câmara de Procuradores de Justiça do Estado. Também participaram da solenidade, a 2ª vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público, promotora de Justiça,

Larissa Rodrigues Amaral, o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Antônio Sérgio Tonet, membros da banca examinadora do concurso e da administração do MPMG.

O discurso dos novos promotores, proferido pelo representante Juarez Serafim Leite Júnior, destacou o esforço para se buscar a justiça cotidianamente. “Todos os dias atuaremos com garra e determinação para realizar a Justiça de forma incessante. A sociedade brasileira aprendeu o caminho do Ministério Público e hoje assumimos a função de protegê-la”, declarou.

Também presente, o secretário de Relações Institucionais do CNMP e diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPMG, procurador

de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira, discursou aos promotores encorajando-os a mudar as duras realidades que encontrarão. “Vocês são protagonistas que podem e devem ajudar a transformar as difíceis realidades que se apresentarão. Não se esconder e jamais fugir dessa responsabilidade é que fará valer os sacrifícios que os trouxeram até aqui”, afirmou.

Após o evento, os promotores participaram, junto aos seus familiares, de coquetel de posse no prédio da AMMP, onde receberam as boas-vindas pelo ingresso na carreira. Os novos promotores, também haviam participado, no dia 8 de março, de almoço com representantes da diretoria da Associação.

Presenças

Além de Tonet e de Nedens Ulisses, compuseram o dispositivo de honra o corregedor-geral do MPMG, procurador de Justiça Paulo Roberto Moreira Cançado; o ouvidor do MPMG, procurador de Justiça Alceu José Torres Marques; o secretário estadual de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Teixeira; o deputado federal Laudívio Carvalho; a desembargadora Maria Beatriz Pinheiro Caires; a defensora pública geral, Christiane Neves Procópio Malard; a 2ª vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público, promotora de Justiça Larissa Rodrigues Amaral; o corregedor do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Marcus José Tibúrcio Lima, e o delegado-geral da Polícia Civil, Helberth Alexandre do Carmo.

Coquetel de posse

Mais fotos no álbum do Flickr da AMMP. Acesse o site e confira!

Fotos: Joyce Brito



Recém-empossados visitam a Sede da AMMP

No dia 15 de março, os novos promotores se reuniram com a diretoria no auditório da AMMP. Durante o encontro, o presidente Enéias Xavier Gomes e o 1º vice-presidente José Silvério Perdigão, apresentaram aos novos colegas a estrutura e o funcionamento da Associação. Também foram discutidas questões que envolvem o Ministério Público na atual conjuntura do País.

O 3º vice-presidente Luiz Felipe de Miranda Cheib, que também participou da mesa, foi responsável por elucidar detalhes do plano AMMP-Saúde.

Já o 4º vice-presidente Hugo Barros de Moura Lima apresentou o calendário de eventos esportivos.

Após o encerramento da reunião, os promotores percorreram o prédio da AMMP para conhecer as instalações e participaram de confraternização no Scotch Bar da Associação, onde foram servidos pratos tradicionais de botecos mineiros.

Carreira

Rafael Parisotto, gaúcho de Espumoso, e mais novo associado da AMMP, revelou que sua relação com o Ministério Público começou bem antes de ter êxito no concurso público. “Desde que entrei na faculdade tive vontade de ingressar na carreira. Eu fiz estágio e fui servidor do MP e tentei concurso no Rio Grande do Sul, minha terra natal”, disse o promotor, que praticante de futebol, garantiu que irá participar dos eventos esportivos promovidos pelo departamento de esportes.

A paulista Fernanda Costa Perez, que também se associou à AMMP, definiu o MP como um sonho. “O MP é uma instituição dinâmica, de vanguarda que atua em prol da sociedade. Eu me identifico muito com a missão institucional do MP e este foi o que me motivou a escolher a carreira”, enfatizou, destacando que também vai utilizar a estrutura da Associação para se manter em forma. “Me interessei por várias atividades que foram expostas aos novos promotores. Eu gosto muito de praticar esportes e com certeza viverei bons momentos junto à Associação.



#ammpacompanha

MP ajuda estado a recuperar mais de R\$ 230 milhões em ativos em 2017

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), que conta com membros do Ministério Público de Minas Gerais, recuperou mais de R\$ 230 milhões para os cofres do Estado em 2017. O CIRA, também formado pela Advocacia-Geral do Estado (AGE) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), foi criado em 2007 para atuar no combate à sonegação e às fraudes fiscais.

Segundo informações do Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (Caoet), nos últimos três anos, foram recuperados, em valores absolutos, R\$ 550 milhões de ativos no Estado. Para 2018, a meta é de recuperar R\$ 150 milhões. Nos últimos seis anos, o Caoet conseguiu alcançar todas as metas propostas.

Os dados do órgão apontam que as práticas mais recorrentes são: abrir empresas de fachada, simular operações com outros estados e a aquisição de notas fiscais para “regularizar o estoque”.

O coordenador do Caoet, o promotor Renato Froes, explicou que os resultados expressivos são frutos da estratégia de regionalizar a apuração. “Quando a gente criou a força tarefa do CIRA, procuramos exatamente regiões

**O MINISTÉRIO PÚBLICO É O
GUARDIÃO DA SOCIEDADE**

**COM A AJUDA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
O ESTADO DE MINAS
GERAIS MANTEM
A ORDEM
ECONÔMICA
E TRIBUTÁRIA.**

#AMMPACOMPANHA



onde tinham mais casos e criamos coordenadorias nos locais. Os dados mostraram que as regiões mais problemáticas eram Zona da Mata, Contagem e Triângulo Mineiro. Com a estratégia, conseguimos cobrir, aproximadamente, 75% da criminalidade”, analisou o promotor.

#ammpacompanha

**Participe e
compartilhe
ideias!**

**Campanha de
Valorização do
MPMG**

Envie para
jornalismo@ammp.org.br
sugestões de matérias de ações do
MPMG

Nova diretoria da CONAMP toma posse e José Silvério Perdigão, vice-presidente da AMMP, foi nomeado como tesoureiro

Fotos: Conamp



A nova diretoria da CONAMP, o conselho fiscal e diretores regionais para o Biênio 2018-2020 tomaram posse no dia 13 de março, em Brasília, no Espaço Dúnia City Hall. A ex-presidente da entidade, Norma Angélica Cavalcanti, dará lugar ao promotor de Justiça Victor Hugo de Azevedo. A AMMP também terá um representante no corpo diretivo da entidade, o 1º vice-presidente José Silvério Perdigão foi empossado como tesoureiro.

Durante seu primeiro discurso como presidente, Victor Hugo Azevedo garantiu que se dedicará à manutenção das prerrogativas do MP garantidas pela Carta Magna. "Vou lutar muito, com todas as minhas forças, para preservar o modelo de Ministério Público consagrado pela Constituição Federal de 1988; para assegurar dignidade remunera-

tória aos membros do MP; e para ajudar a transformar esse país em um lugar em que tenhamos orgulho de viver. Esse é o compromisso que assumo"

O novo presidente ressaltou que os acertos dos membros do MP levaram a instituição a ser atacada. "A verdade, senhores, é que as conquistas institucionais do MP, avanços inegáveis do novo modelo de Estado Democrático fundado pela atual ordem constitucional, jamais foram tão contestadas como nesses últimos anos. Poucas vezes se viu, na história do país, uma Instituição, e via de consequência uma classe, pagar um preço tão alto como pagam hoje o Ministério Público e seus integrantes. Como tem sido dito e repetido por quem observa o cenário político-institucional nacional, pagamos pelo que fazemos e pelo

que deixamos de fazer. Pagamos por nossos equívocos e excessos, mas o que é pior, pagamos muito caro por nossos inúmeros e inegáveis acertos."

Azevedo ainda agradeceu às lideranças do MP, em especial a ex-presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti. "Foi um privilégio, minha amiga querida, ter sido teu parceiro de lutas institucionais nesses últimos seis anos. Juntos, enfrentamos inúmeros e complicados desafios. Tenho muito orgulho de ter participado desse momento histórico ao teu lado", disse.

Com a palavra, Norma Cavalcanti fez agradecimentos às pessoas que possibilitaram que exercesse dois mandatos à frente da CONAMP (2014/2016 e 2016/2018) e saudou o novo mandatário. "Victor Hugo chega com a certeza

que liderará os homens e mulheres de bem que compõem os associados da CONAMP, impulsionado pela confluência de sua disposição ao serviço institucional, tendo como inspiração justificadas expectativas de uma gestão repleta de equilíbrio, honradez, justiça, sensibilidade e coragem, qualidades que lhe são peculiares".

A promotora de Justiça, primeira mulher a ser presidente da entidade, defendeu ainda a irredutibilidade dos subsídios dos membros do MP e a correção anual. "Sigamos em frente, estimulados por nossos sonhos e guiados por nossa inabalável fidelidade ao Ministério Público e à sua missão. [...] Unidos, resistiremos a qualquer tentativa de menoscabar as garantias constitucionais da nossa carreira", disse.



Presença

Além do presidente Victor Hugo e da ex-presidente Norma Cavalcanti, compuseram a mesa de honra da solenidade a procuradora-geral da República, Raquel Dodge; os ministros do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin e Mauro Campbell; o ministro do Superior Tribunal Militar Péricles Aurélio Lima de Queiroz; a senadora Ana Amélia (PP/RS); os deputados federais Cajar Nardes e Ronaldo Nogueira; o corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel; o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça André Godinho; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Cláudio Lamachia; o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, Sandro José Neis; o presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Elísio Teixeira Lima; o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Antônio Pereira Duarte; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias Da Costa; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti.

Perfil do novo presidente

Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto é filho do Promotor de Justiça Luiz Côrtes de Azevedo e de Iraci Cortez de Azevedo. Natural de Cruz Alta, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo em 1981.

Em 1982, foi aprovado no concurso público para provimento do cargo de Procurador do Estado do RGS. Também por aprovação em concurso, ingressou no MP em agosto de 1983, sendo nomeado para a Promotoria de Justiça de Catuípe. Antes de chegar à Capital, em 2002, atuou nas Promotorias de Horizontina, Santa Rosa e de sua cidade natal, onde permaneceu por quase 15 anos. É pós-graduado em Direito Penitenciário pela Universidade Federal do RGS.

Lecionou a cadeira de Direito Penal na Faculdade de Direito de Santo Ângelo e na Universidade Cruz Alta durante os anos de 1986 a 2002. Foi promotor-corregedor e coordenador do Gabinete de Planejamento Institucional do MP-RS. Atualmente é titular da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre (RS).

Presidiu a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul por dois mandatos: 2011/2012 e 2013/2014. Na CONAMP, foi 2º vice-presidente no biênio 2014/2016 e 1º vice-presidente no biênio 2016/2018.

Confira a íntegra da nova diretoria, conselhos fiscais e diretorias regionais da CONAMP biênio 2018/2020:

Diretoria

Presidente: Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto

1º vice-presidente: Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares

2º vice-presidente: Tarcísio José Sousa Bonfim

Secretário-geral: Elísio Teixeira Lima

Tesoureiro: José Silvério Perdigão de Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente: Cláudio Franco Felix

Vice-presidente: Adélcion Caliman

Secretário: Lindomar Tiago Rodrigues

Membro: Lucas Felipe Azevedo de Brito

Membro: Luciano César Casaroti

Diretores regionais

Norte: Lauro Tavares da Silva (AM)

Nordeste: Francisco Bergson Gomes Formiga Barros (PB)

Centro-Oeste: Roberto Aparecido Turin (MT)

Sudeste: José Oswaldo Molineiro (SP)

Sul: Sérgio Hiane Harris (RS)

Grupo de inativos se reúne em Brasília para cobrar valorização

Em reunião realizada no dia 13 de março, no Edifício Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Grupo Nacional de Aposentados e Pensionistas do Ministério Público apresentou uma série de reivindicações à CONAMP a fim de buscar o fortalecimento da classe. A diretoria da AMMP acompanhou a reunião, que contou também com a participação da associada Marlene Maria Almeida Fernandes.

Os presentes na reunião destacaram que os inativos carecem de mais representação na CONAMP, já que “contribuem financeiramente para a formação do patrimônio da instituição, tanto quanto os ativos”.

O Grupo ainda reivindica à CONAMP o encaminhamento de estudos ao Poder Legislativo para proposta de alteração nas regras de votação da lista tríplice para a escolha do PGJ. Os inativos entendem que além da valorização dos aposentados, a mudança no escrutínio não encontra nenhum “obstáculo legal”.

Os presentes na reunião destacaram que os inativos carecem de mais representação na CONAMP, já que “contribuem financeiramente para a formação do patrimônio da instituição, tanto quanto os ativos”.



Reunião ordinária

Anteriormente à posse da nova diretoria, a CONAMP realizou, na manhã do dia 13 de março, XX reunião ordinária do Conselho Deliberativo.

Durante a sessão foram discutidos Subsídios e Extrateto (PL6726/16), Abuso de Autoridade (PL 6361/09), Violação de Direitos ou Prerrogativas do Advogado e o exercício ilegal da Advocacia (PL8347/17), Além de Propostas de Resoluções e Enunciados para o CNMP e CNJ.

Chá das 3 celebra o Tempo Pascal

A AMMP realizou em sua sede, no dia 3 de abril, o tradicional Chá das 3 para pensionistas e aposentados, com sabor de chocolate. Os cerca de 30 convidados, além de uma mesa recheada de petiscos e bombons, puderam ouvir sucessos da MPB e do sertanejo com o show de Enardo Carlos e seu violão. Durante a festividade, também foi sorteado um ovo de Páscoa de 800 gramas.

O procurador Odélio Bento da Silva relacionou o período

Fotos: Bárbara Peixoto

do pascal com a vivacidade da AMMP. "O tema da Páscoa é muito importante. A Páscoa tem o sentido de renovação e a Associação é viva, está sempre se renovando."

Odélio ainda ressaltou o esforço da diretoria atual para valorizar os pensionistas e aposentados. "A nossa Associação nos dá a oportunidade de ficarmos próximos. Em outros estados os aposentados são esquecidos. Não entram nem na Procuradoria. Eventos como o chá demonstra que temos relevância".



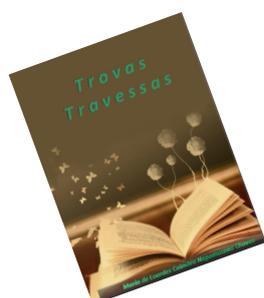
Estante

Procurador de Justiça Tomáz de Aquino Resende lança quinta edição do "Roteiro do Terceiro Setor"



O Procurador de Justiça Tomáz de Aquino Resende e os colaboradores André Costa Resende e Bianca Monteiro da Silva, lançaram, no dia 20 de março, no salão de festas da AMMP, o livro "Roteiro do Terceiro Setor".

A obra, publicada pela Editora Fórum, aborda as organizações sem fins lucrativos e de interesse coletivo.



O livro "Trovas Travessas" da procuradora de Justiça aposentada Maria de Lourdes Coimbra Nepomuceno Chaves, será lançado no dia 8 de maio, às 17h30, no Scotch Bar da AMMP.

Confraternização



Fotos: Maria do Socorro

Associação revive clima de grandes excursões e promove encontro de pensionistas e aposentados em Cordisburgo

Entre os dias 9 de 11 de março, 42 pensionistas e aposentados, o presidente da AMMP, Eneias Xavier Gomes, e o Procurador-Geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet, participaram da Confraternização Especial na Pousada Arraial do Conto Hotel e Lazer.

No local da estadia, os visitantes participaram de um churrasco, que foi embalado por música ao vivo, momento em que muitos deixaram a timidez de lado e levantaram para dançar e cantar.

Além da festa, parte dos aposentados e pensionistas visitou o Museu Casa Guimarães Rosa, onde viveu o proeminente escritor mineiro. Outro passeio realizado foi a visita à Gruta de Maquiné, local que serviu de ponto de partida

para paleontologia nacional no século XIX.

O procurador de Justiça Marcos Viola de Carvalho ressaltou que a diretoria acertou em promover a confraternização. "A iniciativa em promover a confraternização reflete muito bem o propósito da atual gestão, de aproximar as pessoas. Há de se ressaltar que a pousada escolhida encantou a todos, as magníficas instalações e a comida de se fazer inveja em hotéis 5 estrelas."

A pensionista Ana Maria Fernandes de Lemos disse que o passeio foi um "presente. Maravilhoso. Foi o maior presente que a Associação deu para a gente. O que mais gostei, foi a possibilidade de conviver com pessoas que eu não conhecia, além do carinho da diretoria da AMMP. Não fiz mais coisas porque não deu tempo."



Endometriose

Ginecologista da AMMP-Saúde fala sobre os sintomas desta doença



Jane Savoi Silveira

A Endometriose é uma doença que afeta cerca de seis milhões de brasileiras. De acordo com a Associação Brasileira de Endometriose, entre 10% a 15% das mulheres em idade reprodutiva (13 a 45 anos) podem desenvolvê-la e 30% tem chances de ficarem estéreis.

É uma doença caracterizada pela presença do endométrio – tecido que reveste o interior do útero – fora da cavidade uterina, ou seja, em outros órgãos da pelve: trompas, ovários, intestinos e bexiga. Todos os meses, o endométrio fica mais espesso para que um óvulo fecundado possa se implantar nele. Quando não há gravidez, esse endométrio que aumentou descama e é expelido na menstruação. Em alguns casos, um pouco desse sangue migra no sentido oposto e cai nos ovários ou na cavidade abdominal, causando a lesão endometriótica. A

menstruação retrógrada não é suficiente para levar à doença. As causas mais importantes são: alterações imunológicas, alterações endometriais e ambientais. Sabe-se também que há um risco maior de desenvolver endometriose se a mãe ou irmã da paciente sofrem com a doença.

Estudos recentes mostram que existe uma demora de quase 7 anos para que o diagnóstico de mulheres com endometriose seja confirmado. Por esse motivo, nos últimos anos muitas campanhas vêm sendo realizadas para orientar as mulheres a procurarem seu ginecologista assim que apresentarem os primeiros sintomas típicos da doença. Quanto mais cedo for feito o diagnóstico, mais rápido e eficiente é o tratamento.

O principal sintoma na endometriose é a cólica menstrual, também chamada de dismenoréia. Duas características dessas dores são muito marcantes nessa doença. A primeira é seu caráter progressivo, ou seja, a mulher precisa cada vez de mais remédios analgésicos para conviver com ela. A dor durante a

relação sexual também é um sintoma frequente na endometriose. Outro sintoma comum é a infertilidade. Cerca de 30% das mulheres com infertilidade tem a endometriose como causa principal. Quando a doença atinge o intestino podem surgir sintomas intestinais como obstipação (dificuldade para evacuar), dor para evacuar e até sangue junto às fezes. Estes sintomas predominam no período menstrual.

O diagnóstico da endometriose é feito em algumas etapas fundamentais. A primeira é a avaliação da história da paciente, também conhecida como anamnese. A segunda etapa é o exame ginecológico. Terminada a avaliação clínica, pode ser necessária uma complementação com exames de imagem. Os mais indicados, nesses casos, são o ultrassom transvaginal e a ressonância magnética, principalmente diante da suspeita de endometriose profunda intestinal. Em casos específicos pode ser necessária a solicitação da Colonoscopia. Para algumas mulheres, a laparoscopia pode ser necessária para confirmação definitiva do diagnóstico.

Inicialmente o tratamento é conservador ou medicamentoso, o objetivo é reduzir o estímulo do hormônio estrogênio produzido pelos ovários. As pílulas podem ser uma boa opção quando se opta pelo tratamento medicamentoso. Ela reduz a ação do estrogênio sobre as lesões da endometriose, provocando a melhora. Podem conter apenas o hormônio progesterona ou podem ser combinadas (compostas por estrogênio e progesterona). Sempre é bom lembrar que as pílulas combinadas não devem ser utilizadas por mulheres com dores de cabeça do tipo enxaqueca. A cirurgia pode ser indicada para eliminar os sintomas decorrentes da endometriose ou para tratar a infertilidade. A cirurgia para o tratamento da endometriose é realizada através da videolaparoscopia e tem como objetivo extrair todas as lesões presentes na pelve.

Somente um médico pode dizer qual o medicamento mais indicado para o seu caso, bem como a dosagem correta e a duração do tratamento. A prevenção ainda é a melhor conduta.

Palestra da Alemp aborda o tema “Maquiavel e o Teatro”



O acadêmico Duarte Bernardos Gomes ministrou palestra, no dia 21 de março, no auditório da AMMP, sobre “Maquiavel e o Teatro”, ressaltando o surpreendente lado artístico desse pensador do Renascimento italiano.

Maquiavel foi um expoente da filosofia política na virada do século XV para o século XVI, mas sua capacidade criadora não se ateu somente às questões de organização do Estado e do controle da sociedade, foi ele também um surpreendente dramaturgo. Escreveu a peça “A Mandrágora” cujo texto teatral foi considerado uma obra prima do Renascimento italiano, composta por um prólogo e cinco atos, a peça retrata, com firmeza, a corrupção existente na sociedade italiana quinhentista. A peça representa uma sátira às regras morais da época. Maquiavel cria um romance novelesco como pano de fundo para tratar da arte de envolver, manipular, conquistar um objetivo, tudo por trás de uma empreita amorosa, assim, ele desenvolve um tratado de política sem falar diretamente de política.

Jusprev organiza reunião na sede da AMMP

Fotos: Bárbara Peixoto



No último dia 16 de março, o auditório da Associação recebeu a reunião ordinária da Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Jusprev).

Durante a reunião, a Jusprev presenteou o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, com o Troféu 10 anos Jusprev.

AMMP-Saúde divulga novos convênios

NOVOS CONVENIADOS - BELO HORIZONTE

NOME: MARCO ANTÔNIO SILVA COUY
Endereço: Rua Desembargador Jorge Fontana, 476 Sala 809
Bairro: Belvedere - Belo Horizonte - CEP: 30330-000
Telefone: (31)3643-1035
Especialidade: Otorrinolaringologia

POÇOS DE CALDAS

NOME: CIM CENTRO INTEGRADO DE IMAGEM SOCIEDADE SIMPLES LTDA
Endereço: Avenida Gentil Messias, 225
Bairro: Vila Cruz - Poços de Caldas - CEP: 37701-528
Telefone: (35)3729-9700
Especialidade: Tomografia Computadorizada

NOME: CIM RM CENTRO INTEGRADO POR IMAGEM LTDA
Endereço: Avenida Dr Davd Benedito Ottoni, 630
Bairro: Jardim dos Estados - Poços De Caldas - CEP: 37701-069
Telefone: (35)3729-9700
Especialidade: Ressonância Magnética

CANCELAMENTOS DE CONVÊNIOS

NOME: CORPO E FISIO
Endereço: Avenida Barbacena, 1018
Sl. 803 / 804
Bairro: Santo Agostinho - Belo Horizonte -
CEP: 30190-131
Telefone: (31)2555-5380
Especialidade: Fisioterapia

NOME: OLÍMPIA CASTELO TRISTÃO
Endereço: Avenida Rio Branco, 2872 1505
Bairro: Centro - Juiz de Fora - CEP: 36016-311
Telefone: (32)3532-5839
Especialidade: Dermatologia

“Apaixonadamente combativo como um defensor e, como guardião da lei, tão imparcial quanto um juiz”



Mário Konichi Higuchi Júnior -
Promotor de Justiça

1) Conte um pouco sobre sua trajetória pessoal.

Nasci em Belo Horizonte, onde passei praticamente toda minha vida. Formei-me na Escola de Direito da UFMG, tendo ingressado no MP em 05 de março de 1999.

Como experiências profissionais, cito: 1ª Promotoria de Justiça de Mantena (1999 a 2002);

14ª PJ de Contagem (Tribunal do Júri) (2002); Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça (01/08/2002 a 20/12/2004 e 04/04/2012 a 05/12/2012); Coordenador da Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários (21/03/2005 a 06/08/2006); Integrante da Procuradoria de Justiça de Combate aos Crimes praticados por Agentes Políticos Municipais (07/02/2008 a 18/01/2009 e de fevereiro a dezembro de 2.016); Coordenador das Promotorias de Justiça Criminais de Belo Horizonte (01/02/2010 a 04/04/2012); Coordenador da Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos (06/12/2012 a 03/12/2016); Coordenador do Grupo Interinstitucional de Combate à Pirataria (ano de 2.013); Subcoordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, de Execução Pe-

nal, do Tribunal do Júri e da Auditora Militar (06/12/2012 a dezembro de 2013); Integrante do Grupo Especial para atuação em eventos esportivos e acompanhamento de manifestações sociais correlatas - Copa do Mundo FIFA 2014); Cooperador no Centro de Apoio Operacional das promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (07/01/2014 a 19/12/2015); Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos (04/12/2016 até a presente data).

2) Quando ingressou no MPMG e o que o motivou a se tornar promotor?

A vocação pela carreira do Ministério Público foi descoberta ainda na faculdade de direito, durante o período de estágio que fiz na Instituição. Ali, tive a felicidade de ser orientado pelo Dr. Mariano Guimarães Sepúlveda, hoje Procurador de Justiça, a quem muito devo pelas lições recebidas. Creio que o “absurdo psicológico” do cotidiano do Promotor de Justiça, nos dizeres de Calamandrei, é o que mais me motiva: ser, ao mesmo tempo, apaixonadamente combativo como um defensor e, como guardião da lei, tão imparcial quanto um juiz. Essa aparente contradição, aliada ao nosso poder de agente de pacificação social, é o que me move e me incentivava a melhorar.

3) Consegue se lembrar de fatos ou conquistas marcantes alcançadas durante a trajetória no MPMG?

Acho que tudo valeu a pena. Tanto os acertos quanto os erros, com os quais, aliás, muito aprendi. Na verdade, minhas conquistas na carreira não diferem muito daquelas alcançadas diariamente pelos valorosos colegas de MP, mas

se há uma de que tenho boa lembrança, foi a condenação de um ex-capitão PM à pena de 6 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão, em regime fechado, pelo crime de tentativa de estupro virtual. Foi a primeira condenação do gênero, no país (Apelação Criminal N. 1.0024.14.059918-4/001). Naquele caso, o militar obteve, através de perfis falsos do Facebook, fotografias da vítima menor, em poses de nudez. De posse das mesmas, o autor a constrangeu a permitir que com ela se praticasse ato libidinoso, mediante a ameaça de publicação das fotos. A tese sustentada e acatada pelo TJMG foi a de que o crime de estupro somente não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do acusado, uma vez que a vítima, com receio das referidas ameaças sofridas pelo facebook, expôs os fatos à sua mãe, que veio buscar auxílio na Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos.

4) Para o senhor, que já fez parte da diretoria e do Conselho Deliberativo da AMMP, qual a importância da atuação da Associação na atual conjuntura do Ministério Público?

Vivemos hoje, sem dúvida, tempos sombrios em termos institucionais. O que nos conforta é saber que temos à frente de nossa entidade de classe pessoas extremamente capacitadas, como os amigos Enéias e Perdigão, para bem nos representar e lutar por nossas prerrogativas e garantias.

5) Quais os maiores desafios encontrados na promotoria dos Direitos Humanos?

Basicamente, o maior desafio é lidar com a histórica falta de apoio e de reconhecimento

institucional. Falta-nos estrutura material e de quadros. As audiências de tentativa de autocomposição pacífica de conflitos, seja em casos de discriminação homofóbica, transfóbica ou raciais, são realizadas, por exemplo, na sala de reuniões da AMMP, que gentilmente nos cede o espaço. Apesar de lidarmos com questões relativas à população em situação de rua, catadores de materiais recicláveis e a defesa de minorias politicamente discriminadas, não contamos com o apoio de uma assistente social, por exemplo. Apenas entendo que, por sermos, além de tudo, responsáveis pela fiscalização de 88 delegacias de polícia (duas visitas anuais), do CERESP/Gameleira e de 12 entidades de proteção especial de média e alta complexidade em Belo Horizonte, poderíamos gozar do mesmo prestígio e da atenção dispensada pela Administração a outras promotorias de justiça da capital.

6) O senhor faz ou já fez uso de algum serviço da AMMP?

Tanto os serviços quanto o atendimento da AMMP sempre foram marcados pela excelência. No entanto, não posso deixar de enaltecer, particularmente, o departamento de esportes da nossa associação. A diversificação de atividades ofertadas aos associados e a profissionalização do atendimento aos atletas são conquistas dignas de aplauso e que refletem, diretamente, nas conquistas dos títulos brasileiros obtidos por nossas equipes de futebol society.

7) Tem algum hobby?

Atualmente, tenho me dedicado muito às séries da Netflix e HBO.

Promotor de Justiça passa a integrar o conselho Diretor da Cruz Vermelha Brasileira

Fotos: Divulgação



Walter Freitas de Moraes Júnior tomou posse, no dia 27 de março, no Conselho Diretor da Cruz Vermelha Brasileira – Filial Minas Gerais. O promotor atuará no cargo até 2022.

A Cruz Vermelha Brasileira – Filial Minas Gerais – representa no Estado o maior e mais antigo movimento internacional humanitário. A CVB-MG atua há 103 anos, atendendo à população em situação de vulnerabilidade, de acordo com os princípios fundamentais de humanidade, voluntariado, imparcialidade, neutralidade, independência, unidade e universalidade.

Walter Freitas, que já era voluntário da Cruz Vermelha, entende que o convite é uma oportunidade de aproximação

institucional entre a entidade e o MP. “Vai ser importante, leva a visão institucional para a Cruz Vermelha. Podemos pensar em um projeto em conjunto com rede de voluntários. O trabalho na Cruz Vermelha é muito gratificante e tem um retorno social muito positivo”, enfatizou.

Em Minas, a entidade atuou no combate à Febre Amarela, a partir de projeto realizado junto à Federação Internacional da Cruz Vermelha, atendeu às vítimas das chuvas no Estado, realizou ações humanitárias diversas, aperfeiçoou seus programas voltados à Juventude, à terceira idade, às famílias, assim como seus treinamentos e Socorro e Resgate, ações externas e iniciativas junto à rede sócio-assistencial de Belo Horizonte. **(Com Cruz Vermelha)**

Rômulo Ferraz recebe medalha da AGE



Na presença da diretoria da AMMP, o procurador-geral de Justiça Adjunto Institucional, Rômulo de Carvalho Ferraz, recebeu na noite do dia 14 de março, a “Medalha do Mérito da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais”, na sede da OAB de Minas Gerais, no bairro Cruzeiro.

A comenda é destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram pelos relevantes serviços prestados à advocacia pública e à AGE, ou que contribuíram para o seu engrandecimento.

Artigo

Prazo para o consumidor retirar o produto para conserto: res derelicta?



Plínio Lacerda Martins
Promotor de Justiça

Tramita na Câmara dos Deputados, projeto de lei que objetiva estabelecer prazo para a retirada pelo proprietário, de equipamento eletrônico entregue aos prestadores de serviços de assistências técnicas. Registra o PL como justificativa, que o abandono de bens em serviços de assistência técnica sobrecarrega as oficinas de reparo, em especial os pequenos empreendedores, considerando que a ocupação dos espaços comerciais para guarda de bens não retirados embaraça a atividade comercial, conferindo custos com o armazenamento e manutenção.

O Projeto de lei 4668/16 estabelece o prazo de 60 dias para a retirada pelo proprietário, de equipamento eletrônico deixado na assistência técnica

para conserto. O PL 4668/16 recebeu proposta de texto substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados ampliando o prazo para 180 dias.

Além do prazo, o PL impõe ao fornecedor do serviço de assistência técnica a obrigação de fazer contato com o consumidor, comunicando a realização do conserto ou de sua impossibilidade, iniciando o prazo a partir da comunicação.

O PL deixa transparecer a obrigação da Assistência técnica em fornecer termo do qual conste a informação sobre as consequências da não retirada do bem dentro do prazo.

A imposição de obrigação para o prestador de serviço constar informação sobre as consequências da não retirada do bem no prazo, data venia, não apresenta qualquer inovação, considerando que as assistências técnicas já registram no termo de orçamento que a não retirada do bem no prazo de 90 dias será considerado como abandono!

Já tive oportunidade de redigir artigo a respeito do tema sob o título: Conserto de produtos: perda da posse / propriedade do produto

pelo abandono. Prática comercial abusiva, retratando a abusividade na apropriação do produto deixado para conserto.

Retratei no artigo citado, que o consumidor procura o serviço especializado deixando o produto para fazer um orçamento. Recebe do fornecedor de serviço um "ticket" ou expediente semelhante que estabelece as características do produto depositado e a data que o consumidor poderá voltar para tomar ciência do orçamento. Na data marcada, o consumidor possui a opção de contratar o serviço ou de retirar o produto, na hipótese de não concordar com o preço orçado.

Destaca-se no "ticket" do rodapé da nota de orçamento prévio cláusula que diz: "Se o consumidor não retirar o produto no prazo de 90 dias após a data marcada, o consumidor perderá a propriedade do produto depositado, podendo ser vendido como forma de pagamento pelo serviço autorizado" (destacamos).

O esquecimento ou atraso para a retirada do produto deixado para conserto não pode ser reconhecido como abandono. O abandono traduz na intenção do proprietá-

rio do bem em desfazer do mesmo, logo, deve haver a cientificação e manifestação do consumidor, não podendo ser reconhecido o abandono por presunção ou mesmo por descuido.

Constata-se que o consumidor na Sociedade contemporânea possui múltiplas atividades, somadas ainda as reclamações contra fornecedores que exigem tempo de espera em telefones, sites, etc, para reclamar de produtos e serviços com vícios de qualidade, que pode induzir o consumidor ao esquecimento.

Anthony Giddens elucida que com o advento da modernidade reflexiva ou pós-modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente, com a rotinização da vida cotidiana, não tendo nenhuma conexão intrínseca com o passado. A reflexibilidade da vida social moderna consiste assim no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas a luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, podendo ser alteradas a luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las.

Diariamente os Procons registram reclamações contra os fornecedores

de serviços de assistência técnica (como os serviços de consertos de tv, telefone, computador, eletrodoméstico em geral etc.) pelo fato da apropriação do produto depositado para o conserto, chegando a vendê-lo em determinados casos, ao argumento que o consumidor deixou ultrapassar o prazo de tolerância do produto no estabelecimento do fornecedor.

Reclamações como essas não são raras nos Procons, citando, a título de exemplo, o caso do consumidor que deixou um aparelho de celular para conserto numa assistência técnica e, após 4 meses, compareceu a loja e foi informado que em razão do lapso temporal o celular foi para a sucata, não sendo possível restituir o aparelho. O consumidor justificou o atraso para apanhar o celular, pois as inúmeras atividades desenvolvidas não possibilitou o comparecimento. Outros justificam a demora em razão da necessidade de juntar dinheiro para o pagamento do conserto. E agora? Quem vai pagar pela perda da propriedade do produto? O fato de o consumidor não comparecer no prazo autoriza o fornecedor a vender coisa alheia como se a coisa fosse abandonada? O consumidor alega que

não foi notificado pelo fornecedor do produto para a retirada com a sanção da perda da propriedade, constando apenas uma informação no “ticket” do rodapé.

Trata-se de autêntica prática comercial abusiva veiculada livremente no mercado de consumo, sob a aparência de cláusula legal, quando na verdade trata-se de uma cláusula ágrafa, que o Código de Proteção ao Consumidor proíbe. A cláusula ágrafa é a cláusula não escrita, ou que não pode ser escrita, contrariando a lei do consumidor, sendo, portanto nula de pleno direito.

O art. 51, Inciso IV do Código de Defesa do Consumidor estabelece como nula de pleno direito a cláusula contratual que seja incompatível com a boa-fé do consumidor, como por exemplo, a cláusula prevista em recibos ou mesmo orçamentos de assistências técnicas com previsão de perda do produto pelo abandono, sem a notificação do consumidor.

Na realidade, o fato de o consumidor não comparecer na data designada para apanhar o produto deixado para o conserto, não pode ser considerado como abandono, ou conforme a máxima romana: “RES DERELICTA”.

A perda da coisa, nos termos do art. 1.275 do Código Civil pode dar-se por alienação (venda ou doação), renúncia, perecimento da coisa, desapropriação ou abandono. Para ocorrer o abandono é necessário que o titular (dono da coisa) venha a abrir mão de seu direito de propriedade, ou seja; tenha a vontade de abandonar a coisa, não podendo ocorrer o abandono implícito. Esquecimentos por parte do consumidor são comuns numa sociedade de consumo, não sendo possível aplicar a sanção pela perda da propriedade do produto, passando ao domínio do fornecedor de serviço.

Contudo o projeto apresenta uma inovação em prol do consumidor. A novidade da proposta legislativa incide na imposição ao fornecedor da obrigação de notificar o consumidor em decorrência das inúmeras atividades do consumidor na sociedade contemporânea.

Dispõe o projeto de lei:

Art. 1º. O proprietário de equipamento eletrônico, que o entregou a um prestador de serviço de assistência técnica para conserto, obrigasse a retirar o bem no prazo máximo de 60 (sessenta)

dias, contados da data do contato do estabelecimento comunicando a realização do conserto ou de sua impossibilidade. (grifamos).

Assim, o abandono sugerido pelo projeto, não incide somente pelo prazo fixado pelo fornecedor em “tickets”, fato esse fornecidos geralmente por assistências técnicas, mas também, do contato do estabelecimento, que pode ser por email, whatsapp, ou outra forma hábil que comprove que o consumidor realmente demonstrou após notificado o desinteresse pelo produto em conserto.

O texto legislativo estabelece que o prazo começa a contar da data do contato do estabelecimento com o consumidor, comunicando a realização do conserto ou de sua impossibilidade (notificação essa sugerida seja por escrito, para comprovação). Após o decurso do prazo sobre a realização do reparo ou a sua impossibilidade e, caso o consumidor não efetue a retirada, o estabelecimento prestador de serviço ficaria autorizado a alienar o bem ou destina-lo a sucata.

Atualmente o PL está aguardando a designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Corra com a AMMP

Circuito das Estações Outono

Fotos: Felie Jávere



O Circuito das Estações anunciou a estação que já estava por vir. Apesar de ter início dia 20 de março, no dia 11, dia da prova, foi o Outono, o homenageado.

O clima estava típico de verão. Amanheceu quente, mas as nuvens se formaram no fim da prova de 10 km, que teve largada às 8h30, chegou a chover.

Mesmo assim, não estragou o entusiasmo dos milhares de atletas que foram à Lagoa da Pampulha naquela manhã.

A etapa Outono do Circuito das Estações deu início a uma série de 4 provas. Uma em cada estação do ano, onde o atleta pode acompanhar seu rendimento em diferentes condições climáticas.

Como é de conhecimento de todos, é um dos principais eventos do calendário de corridas de rua da capital e faz parte do calendário de provas da AMMP.

A próxima etapa, a Inverno, já tem data. Dia 17 de junho. Participe. Faça sua inscrição. Acompanhe o calendário de atividades da AMMP pelo facebook (Esportes AMMP), pelo telefone (31) 2105-4872 ou mande um e-mail esportes@ammp.org.br.



Night Run

O departamento de Esportes monta anualmente um calendário de corridas para que o associado possa se preparar! Além disso, para todos os eventos de corrida a AMMP disponibiliza um responsável para buscar os kits no dia que antecede a prova. Tudo isso pensando no conforto do associado.

Durante as corridas, a AMMP oferece suporte com professor de Educação Física, fisioterapeuta, guarda volumes, alimentação balanceada com frutas,

isotônicos, barra de cereal e água.

A próxima corrida é a Night Run, que acontecerá no dia 5 de maio e a AMMP realiza a inscrição desta corrida para o associado que tiver interesse. O percurso é de 5 e 10 quilômetros, saindo às 20h e 20h30, respectivamente. O local da prova é na Nova Praça da Pampulha, na Av. Otacílio Negrão de Lima.

Os interessados deverão enviar e-mail para: esportes@ammp.org.br

05
DE MAIO

NIGHT
run

HORÁRIO:
5K: ÀS 20H00
10K: ÀS 20H30

LOCAL: NOVA PRAÇA
DA PAMPULHA,
AV. OTACÍLIO NEGRÃO
DE LIMA

INSCRIÇÕES:
COM DESCONTO ATRAVÉS DO
ESPORTES@AMMPPORG.BR

AMMP
ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO ESPORTE PÚBLICO